

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS COMO FORMA DE RESISTÊNCIA ENTRE COMUNIDADES TRADICIONAIS DO VALE DO RIBEIRA-SP

ANA CAROLINA OLIVEIRA MARCUCCI

RESUMO *No ano de 2015, em um contexto de fechamentos de escolas rurais e discussão local sobre educação, populações tradicionais do Vale do Ribeira-SP (quilombolas, indígenas, caiçaras, caboclos e ribeirinhos) foram protagonistas no ciclo de audiências públicas sobre educação escolar diferenciada que ocorreu na região. As principais falas se organizaram em torno de reivindicações por uma educação escolar diferenciada e de denúncias sobre problemas infraestruturais, de transporte, merenda, etc. que comprometem a permanência dos alunos. Assim, visando contribuir para o processo de divulgação das falas e diagnósticos apresentados pelas comunidades e analisar os formatos de tal mobilização, busco explorar neste artigo as audiências públicas. A preocupação recai em apresentar as potencialidades e limitações registradas neste formato de participação coletiva para a construção de uma narrativa de luta.*

PALAVRAS-CHAVE *Audiências públicas. Populações tradicionais. Educação diferenciada.*

PUBLIC HEARINGS AS A FORM OF RESISTANCE AMONG TRADITIONAL COMMUNITIES OF VALE DO RIBEIRA-SP

ABSTRACT *In 2015, within the context of several closings of rural schools and local discussion about education, traditional populations of Vale do Ribeira-SP (quilombolas, indigenous people, caiçaras, caboclos and ribeirinhos) were protagonists in the cycle of public hearings on differentiated education that took place in the region. The biggest talking points were demands for a differentiated education and complaints about infrastructural problems, transportation, school meals, etc. that have been compromising the students' permanence in the region. Thus, in order to contribute to the process of disseminating their talking points, and*

to analyze the formats of such mobilization, I seek to explore such public hearings in this article. The focus is presenting the potential and limitations of such format, one of collective participation towards the making of a fighting narrative.

KEY WORDS *Public hearing. Traditional populations. Differentiated education.*

INTRODUÇÃO

No dia 13 de junho de 2015, Dona Jovita Furquim, 72 anos, moradora da comunidade quilombola de Galvão no Vale do Ribeira, é chamada à frente do público durante a realização da segunda audiência pública sobre educação escolar diferenciada, realizada no município de Eldorado - SP. Enquanto é apresentada como uma poetisa e cantora por Irmã Suely, a mediadora das falas, Dona Jovita toma o microfone em mãos, envergonhada. Pede a Deus que a ajude mesmo a cantar! E, sorridente, explica que a música a qual interpretará está completando 21 anos e acompanha o movimento dos quilombolas em todas as partes que vão. Sua letra trata de terra quilombola, na qual sua população acumula gerações de resistência.

¹ Trecho de parte da canção apresentada por Dona Jovita. Música transcrita da audiência pública de educação diferenciada realizada no município de Eldorado, 2015.

² Segundo Carneiro da Cunha (2017), “população tradicional” é um termo propositalmente abrangente. As populações que compõem essa categoria são grupos que conquistaram ou estão em processo conquistar – prática e simbolicamente – uma identidade pública, que atendam algumas das características seguintes: técnicas de baixo impacto ambiental, equidade nas formas de organização social, presença de instituições legítimas que defendam seus interesses, liderança local e traços culturais seletivamente reelaborados e reafirmados (p. 291-292).

*Por que o negro mora lá
Porque o negro mora lá...
Somos negro lutador,
confiante no senhor, erê nos ajudar!
no combate dessa guerra,
ele fez a dessas terras,
que o negro mora lá.¹*

Em sua frente, sentados em cadeiras enfileiradas no amplo salão, o público presente, composto por comunidades quilombolas, indígenas, caiçaras, caboclas, ribeirinhas e também por professores e representantes do poder público, batem palmas e acompanham a letra. A canção de Dona Jovita foi apresentada por ela como um exemplo de riqueza e arte que existe nos povos e comunidades tradicionais² do Vale do Ribeira e que, por sua

vez, necessitam ser reforçadas na educação. As comunidades cobravam naquele encontro a valorização da região e dos saberes locais nas escolas. Reivindicavam uma educação escolar diferenciada.

Segundo Carlos Rodrigues Brandão (1981) a educação não está restrita a um modelo único, nem a um tipo de mundo. Todos nós somos agentes e pacientes da educação, pois essa está sempre misturada à vida, participando ativamente do “processo de produção de crenças e ideias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto, constroem tipos de sociedades” (1981, p. 4). Há, no entanto, interesses que podem ser impostos à educação, que servem a uns, mas não a outros. É neste sentido que há uma indiscutível legitimidade associada a certas educações, certos sujeitos e certos lugares. Estes interesses, porém, não estão dados sem contestação.

Neste trabalho procuro me aproximar de um destes momentos de contestação: o ciclo de audiências públicas sobre educação escolar diferenciada, realizado nas regiões de Cananéia, Eldorado, Iporanga e Barra do Turvo ao longo do ano de 2015. As audiências foram idealizadas a partir de encaminhamentos do Projeto Defensorando³, um projeto cujo objetivo foi promover educação em direitos e propiciar uma forma de concretização da política institucional. Nele, foram tratadas questões referentes à territorialidade, meio ambiente, legislação e educação. As discussões sobre esta última levaram o coletivo a deliberar a necessidade de debater de modo mais específico a questão da educação diferenciada, promovendo a realização de debates no formato de audiências públicas (HAYAMA, 2020), foco de investigação desse artigo. Nas audiências, as populações tradicionais expuseram suas demandas por uma educação que atendesse aos seus interesses e valorizasse sua cultura. Educação escolar diferenciada⁴ trata-se, portanto, da busca por uma educação escolar formal que leve em consideração as especificidades históricas, culturais, espaciais e de conteúdo das

³ Segundo seus organizadores, o Projeto Defensorando foi articulado pela Defensoria Pública da Regional Vale do Ribeira e construído coletivamente com as comunidades da região. Constituído de 12 encontros de 2012 a 2014, buscou-se “estimular a reflexão crítica e a livre manifestação do pensamento, proporcionando aos representantes e às lideranças quilombolas espaço de exercício da cidadania e de socialização e apropriação de conhecimentos sócio-jurídicos para replicação e multiplicação em suas respectivas comunidades”. Disponível em: <<http://www.apadep.org.br/noticias/projeto-defensorando-promove-educacao-em-direitos-para-moradores-de-comunidades-tradicionais-e-quilombolas-vale-ribeira/>>. Acesso 2019.

⁴ Categoria utilizada nas audiências que engloba educação do campo, educação quilombola e educação indígena.

populações tradicionais, de modo que os alunos consigam ver nos conteúdos, sua história, sua comunidade e a si próprios.

A partir de uma iniciativa coordenada pelo Núcleo de Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB), da Universidade de São Paulo (USP), e pelo Observatório de Conflitos Rurais em São Paulo de ampliar o alcance das denúncias e demandas dessas audiências, foi proposta a elaboração de um dossiê sobre educação escolar diferenciada no Vale do Ribeira, como encaminhamento da primeira audiência pública do ciclo, realizada em Cananéia em 25 de abril de 2015. Intitulado “Comunidades Tradicionais e Educação Escolar Diferenciada no Vale do Ribeira: violações de direitos e conflitos” e lançado em 2020, tal dossiê foi construído coletivamente por representantes de comunidades tradicionais, militantes de movimentos sociais, pesquisadores e professores de escolas públicas da região e universidades. Assim, foi durante minha colaboração com esse dossiê que tive a oportunidade de acessar um rico material composto por 96 depoimentos e falas através de videograções das audiências públicas, das quais não assisti presencialmente.

Então, cabe enfatizar que a abordagem realizada nesse artigo não tem a pretensão (ou mesmo condição) de analisar o ciclo de audiência em todos os seus aspectos. A metodologia de análise dos encontros e falas levou em consideração a natureza do material documental utilizado. As videograções se mostraram um recurso com grande potencial para captar detalhes, uma vez que permitem com que os depoimentos de cada pessoa sejam vistos e ouvidos integral e repetidamente. Do mesmo modo, esse recurso também viabiliza que processos a primeira vista despercebidos, sejam apreendidos em uma segunda análise (GARCEZ; DUARTE; EISENBERG, 2011). Mas, ainda que a videogração não sofra com as limitações inevitáveis da memória humana, ela ainda está restrita ao ângulo que a apontamos e ao contexto em que está inscrita. Isso demonstra

que mesmo utilizando um material alternativo-complementar, as lentes não são neutras, assim como os olhos que assistem as suas imagens e tiram dados delas, também não são. Portanto, é impossível pensar a imagem se não a situarmos no sistema total a qual está conectada (SAIMAN, 2012, p. 34).

Além das videograções, também olhei com especial atenção para dois documentos escritos: o dossiê “Comunidades tradicionais e educação escolar diferenciada no Vale do Ribeira” e para dois Mandatos de Segurança Coletivo⁵ expedidos pela Defensoria Pública em Registro a pedido de comunidades. Esses documentos também se tornam importantes aqui por serem produtos diretos ou indiretos do ciclo de audiências. Como aponto mais para frente, uma das grandes vocações da audiência públicas é justamente a produção documental, e a meu ver o dossiê é uma sistematização fundamental desta vocação no caso desses encontros. Dito isso, também destaco desde já uma importante limitação no material de análise da pesquisa que é fundamental da forma audiência: os bastidores.

Portanto, estes registros permitiram que eu começasse a me aproximar da história “viva”⁶ das comunidades tradicionais do Vale do Ribeira pela educação, como a canção de Dona Jovita. Deste modo, visando contribuir para o processo de divulgação das falas e diagnósticos apresentados pelas comunidades e analisar os formatos de tal mobilização, busco explorar aqui as audiências públicas. A preocupação deste artigo recai em apresentar as potencialidades e limitações registradas neste formato de participação coletiva na construção de uma narrativa de luta. Observarei as trocas entre os diversos sujeitos e os repertórios discursivos⁷ acionados – em especial cultura, história, e identidade – como instrumentos políticos de reivindicação. Do mesmo modo, procuro ver como a ênfase demandada no local não significa limitações, mas sim, acréscimo para reivindicações de direitos.

⁵ Os Mantados de Segurança Coletivo examinados aqui se destinam ao Prefeito Municipal de Sete Barras, Senhor Ademir Kabata, em 01 de abril de 2015 e ao prefeito Municipal de Jacupiranga, Senhor José Cândido Macedo Filho, em 15 de julho de 2015. Ambos referentes ao fechamento de escolas rurais na região do Vale do Ribeira.

⁶ Os termos, expressões e frases faladas pelos interlocutores da pesquisa serão apresentadas em itálico e aspas no meio de frase, e apenas em itálico em citação, para diferenciar de referências bibliográficas.

⁷ A partir de uma discussão realizada por Angela Alonso (2012) sobre a reconstrução das várias formulações do conceito de repertório na sociologia de Charles Tilly, tomo emprestado o conceito de “repertório discursivo” de Marc Steinberg, que seriam os meios pelos quais “contendores articulam coletivamente sua moralidade de demandas e remédios e sua visão ideológica ampla da igualdade e do direito de posse social. A luta é melhor conceitualizada como um diálogo ininterrupto entre detentores de poder e desafiantes” (STEINBERG, 1995, Apud ALONSO, 2012, p. 33).

1. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Seu Benedito Alves da Silva conhecido por todos como Seu Ditão, é o primeiro a dar sua contribuição na etapa Relato das Comunidades, seguindo a programação proposta pela quarta e última audiência pública, realizada em Barra do Turvo. Liderança quilombola do bairro de Ivaporunduva, Seu Ditão fala livremente e com segurança de quem há anos vê e discute os problemas na região. Veste jeans, camisa clara de listras, relógio de pulso e um boné preto, no qual é possível ver apenas parte de seus cabelos brancos por baixo. Com um tom sério, denuncia o fechamento consecutivo de escolas do bairro. Se indigna com as consequências de tais medidas que, segundo ele, resultam na realocação de crianças para escolas cada vez mais distantes da comunidade e terminam com os alunos sendo obrigados a percorrerem longos caminhos para acessarem as estradas, cujas condições de conservação são muitas vezes precárias.

Sua denúncia se aproxima da fala de José Santana, que fala na audiência de Iporanga. Representando a comunidade cabocla de Ribeirão dos Camargos, José denuncia o fechamento de uma das escolas dos caboclos, que ficava localizada entre os municípios de Apiaí e Guapiara: explica aos presentes como tal ação “*quebrou o braço da gente*” e “*ofendeu*”, pois gerou muita dificuldade em relação ao transporte dos alunos. Além disso, enquanto gesticula com frequência uma das mãos, aponta que naquela região todos vivem da roça e muitos não têm leitura, como ele, mas vêem que há muitas coisas acontecendo do modo contrário ao que deveriam, como, por exemplo, quando cai uma ponte e ela não é levantada, ou quando fecham uma estrada e não reabrem nada no lugar, ou o fechamento de duas das três escolas dos caboclos na região.

Por outro lado, Juliano, professor indígena de Pariquerá-açu denuncia a falta de construção de escolas indígenas no Vale do Ribeira, na audiência de Eldorado, segunda do ciclo. O professor

veste um casaco azul e preto de estilo esportivo, seu corpo é magro e seus cabelos são pretos bem escuros. Ao longo de sua breve apresentação, carrega em mãos um bloco de anotações onde consulta os tópicos que deseja levantar, enquanto sua voz baixa contrasta com o fundo ruidoso dos participantes. Dentre outras coisas, Juliano discute questões relacionadas à formação de professores e problemas estruturais das escolas, reforçando demandas apresentadas durante o evento.

Dentre as múltiplas formas de organização e participação coletiva que ocorrem na região do Vale do Ribeira, a apresentação de denúncias por meio de audiências públicas não é prática nova. O histórico de audiências na região não é desprezível, especialmente por conta das constantes tentativas de avanços de grandes empreendimentos na região, cuja riqueza ambiental, hídrica e mineral atrai muitos interesses. Ao discutirem sobre audiências públicas nos processos de licenciamentos ambientais, Duarte, Ferreira e Sánchez (2016) apontam que o mecanismo de participação mais visível no bojo das políticas nacionais do Meio Ambiente no Brasil é a audiência pública. Por isso mesmo que desde 1989, quando foi apresentado para a sociedade o projeto para a construção da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto no rio Ribeira de Iguape⁸, o contexto de disputas imbricadas na região contou com audiências públicas em momentos do conflito.

Em julho de 2007 foram realizadas audiências públicas em três municípios de SP (Registro, Eldorado e Ribeira) e dois municípios do Paraná (Adrianópolis e Cerro Azul), nas quais foram constatadas manifestações majoritariamente contrárias à obra e foram protocolados documentos que contestavam informações do EIA [Estudo de Impacto Ambiental] (ROUGEMONT; GÓMEZ, 2011, p. 50).

Mas não só questões envolvendo grandes empreendimentos viram temática de audiências públicas na região. Entram na pauta também direitos tradicionais⁹ e fundiários¹⁰, problemas

⁸ Destinada a aumentar o fornecimento de energia para a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), a construção da hidrelétrica gerou muita resistência, que uniu comunidades, sociedade civil e aliados não-governamentais contra a construção de barragens no rio Ribeira. Esse movimento de resistência deu origem em 1990 ao Movimento dos Ameaçados por Barragens (Moab), com sede em Eldorado-SP, e de forte atuação no Vale do Ribeira até hoje (ROSA, 2007).

⁹ “Direito quilombola é tema de audiência pública no Paraná; em Brasília, julgamento da ação que o questiona é adiado”, Dayse Porto. Terra de Direitos, 16/08/2017. Disponível em: <<https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/direito-quilombola-e-tema-de-audiencia-publica-no-parana-em-brasilia-julgamento-da-acao-que-o-questiona-e-adiado/22592>> Acesso em: abril de 2020.

¹⁰ “Audiência Pública reunirá comunidades quilombolas e poder público no Vale do Ribeira” Institucional, 19/11/2010. Disponível em: <<https://comunicacao.mppr.mp.br/modulos/noticias/article.php?storyid=1264>> Acesso em: abril de 2020.

¹¹ “Justiça: Quilombolas participam de 1ª audiência pública no Vale do Ribeira” Portal do Governo, 22/08/2006. Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/justica-quilombolas-participam-de-1-audiencia-publica-no-vale-do-ribeira/>> Acesso em: Abril 2020.

¹² “Audiência Pública - Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira”, Quilombos do Ribeira, 2014. Disponível em: <<https://www.quilombosdoribeira.org.br/node/199>>. Acesso em: abril 2020.

¹³ “Registro é sede da audiência pública do Vale do Ribeira”. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 23/11/2007. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=301385>> Acesso em: abril 2020.

¹⁴ “Vale do Ribeira: Defensoria promove audiência pública em 22/10 em Registro para debater lei de concessão de serviços em unidades de conservação” Defensoria Pública do Estado de SP, 22/10/2017. Disponível em: <<https://dp-sp.jusbrasil.com.br/noticias/395864726/vale-do-ribeira-de-defensoria-promove-audiencia-publica-em-22-10-em-registro-para-debater-lei-de-concessao-de-servicos-em-unidades-de-conservacao?ref=serp>> Acesso em: abril 2020.

encontrados nas comunidades¹¹, comissão da verdade¹², comissão de finanças e gestão¹³, lei de concessão de serviços¹⁴, etc. sendo esta última uma audiência que teve a oportunidade de participar. Em nível de exemplo, isso mostra como esse instrumento vem sendo acionado na região ao longo dos anos e atuando em conjunto com outras modalidades de participação popular nos processos decisórios. Assim, em maior ou menor grau, esse histórico aponta para a presença de uma série de discussões realizadas nesse formato.

Essa frequência, porém, pode ter menos haver com o grau de efetividade por si só de uma audiência pública e mais, ou também, por seu caráter institucionalizado, que confere ao encontro um grau de legitimidade ritual e de formalidade em sua promoção. As audiências públicas estão previstas na Constituição Federal (art. 58, § 2º, inciso II) e objetivam o estímulo do diálogo entre atores sociais e a disseminação de informações, promovendo o fortalecimento da cidadania e o auxílio na resolução de problemas públicos (ALVARENGA; CASTRO, 2017, p. 569). São espaços entendidos como de “pactuação”, “reconhecimento mútuo” e “partilha” (COMERFORD; ALMEIDA; PALMEIRA, 2014, p. 72). Por outro lado, não se limitam a um espaço para construção de consensos: também podem ser entendidos como espaços de disputa política e demarcação de posições de movimentos, populações e comunidades (GUEDES; MELLO; PEREIRA, 2014, p. 98).

No entanto, apesar do potencial em se tornar um espaço propício de fomento de relações políticas e de trocas, as audiências ainda geram desconfiança e críticas por organizações da sociedade civil, que não raro consideram o processo como insuficiente (DUARTE; FERREIRA; SÂNCHEZ, 2016; ROTHMAN, 2001). Considerando diferentes níveis de abertura de processos participativos (DUARTE; FERREIRA; SÂNCHEZ, 2016; TATAGIBA; TEIXEIRA, 2006), para que esses espaços sejam efetivos e alcancem contribuições e mudanças reais, eles

não devem se limitar a uma mera formalidade ou “maquiagem” de participação. É por isso que, a meu ver, é necessário chamar atenção para um pré-requisito fundamental na realização de audiências públicas afetivas: oportunidades reais de acesso para as comunidades diretamente envolvidas nas questões. É essencial que o evento seja amplamente divulgando e que medidas sejam tomadas para possibilitar tanto o acesso físico à audiência, quanto o acesso ao mundo burocrático/especializado que envolve as questões; ou seja, uma linguagem comum que possibilita a conversa (L’ESTOILE, 2015).

Assim, é também pela perspectiva do acesso que esse ciclo de quatro audiências públicas sobre Educação Escolar Diferenciada proporciona elementos interessantes de análise. Organizadas pela Defensoria Pública de Registro em parceria com a Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras (EAACONE), as audiências tinham como pauta central a Educação. Dentre discussões sobre valorização da cultura e história local e mazelas infraestruturais, uma questão ecoou com certo destaque: diversas denúncias relataram medidas unilaterais e impositivas em relação ao fechamento de escolas rurais e suas implicações para as famílias, incluindo a permanência em seus territórios. Apesar de a situação apresentada ser essa, a Lei 12.960, de 27 de março de 2014, como informa a Defensoria Pública, exige a manifestação do órgão normativo sobre a decisão para que haja o fechamento de escolas de educação no campo, indígenas e quilombolas. Desse modo, em concordância ao apresentado em lei, é necessário que a ação seja devidamente debatida com a comunidade escolar, na qual a audiência pública seria, também nesses casos, o espaço participativo de discussão a ser chamado.

Conforme encaminhamentos das audiências, a defensoria pública ingressou com quatro Mandados de Segurança Coletivos no ano de 2015, todos exitosos até o momento, dos quais dois deles para anular a decisão de fechar escolas rurais localizadas nos municípios de Sete Barras e Registro. Sobre o caso de Sete

Barras, teve acesso ao documento do Mandado, de 01 de abril de 2015, no qual é descrito que catorze (14) pessoas, residentes ou que estão vinculadas a bairros rurais do município, procuraram a Defensoria Pública para denunciar o prefeito de Sete Barras por encerrar as atividades de cinco escolas rurais da cidade, causando sofrimento e transtornos a estudantes e suas famílias. O mandado justifica a anulação do pedido justamente pelo município ter decretado o fim das atividades nas escolas rurais sem que a comunidade escolar afetada fosse ouvida ou tivesse a possibilidade de se manifestar. Ademais, também não foi realizado qualquer diagnóstico de impacto social ou análise do órgão normativo do respectivo sistema de ensino. A Defensoria ainda destacou no documento a importância da presença da escola na comunidade rural, ao menos nos anos iniciais, no sentido de fortalecer a permanência da população no meio rural.

O segundo Mandado de Segurança Coletivo que teve acesso também foi referente à anulação de medidas de desligamento e nucleação de escolas do meio rural, no município de Jacupiranga, de maio de 2015. Diferentemente do caso de Sete Barras em que não houve a convocação de audiências públicas para discutir a questão, o mandado de Jacupiranga explicita a realização de quatro “reuniões”, em um período de pouco menos de um mês para tratar da questão. No entanto, o que as comunidades denunciam – e o mandado se guia – é na realização inadequada da oitava, uma vez que, as reuniões não tiveram divulgação adequada, tampouco pauta previamente comunicada aos envolvidos. Assim, as audiências ocorreram sem a participação das famílias, porque não houve divulgação apropriada e em tempo hábil para que as famílias se organizassem. Além disso, o documento aponta que o segundo encontro, que também não foi divulgado, ocorreu em uma propriedade privada (sítio) e os convidados foram apenas os pequenos produtores que possuíam sede ao lado da escola e possuíam interesse no uso da área. Nenhuma mãe ou pai participou desse encontro. O único

encontro que contou com um número significativo de pais foi a quarta e última audiência, pois os “boatos” sobre o fechamento já haviam se espalhado entre as famílias envolvidas. Contudo, a última reunião de nada serviu para influenciar o debate, uma vez que ela havia sido convocada apenas para comunicar a decisão final de fechar as escolas.

Este cenário de negligência em relação à consulta da população reforça ainda mais o espaço tomado pelo ciclo de audiências sobre Educação Escolar Diferenciada do Vale do Ribeira como um momento para contestação e cobranças pelas comunidades tradicionais de representantes do poder público, como prefeitos, secretários e assessores. Portanto, podemos levantar a hipótese de que um grande potencial, ainda que longe de ser o único, dessa forma audiência se deu também através do contraste. Foi espaço que propôs oferecer um protagonismo específico – das comunidades –, realizar debates e promover encaminhamentos. Isso não impede, no entanto, que não haja possíveis descontentamentos, tensões e relações de poder presentes ali.

1.1 FORMA AUDIÊNCIA

O modelo de audiências públicas foi adotado, segundo o defensor público Andrew Toshio Hayama, um dos coordenadores do evento, para evidenciar e discutir as potências e dificuldades relacionadas à educação na região e propor medidas práticas. Assim, durante a mesa de abertura do terceiro encontro realizado em Iporanga-SP, o defensor público apresenta a questão para os presentes:

Entendemos que é necessário dar continuidade a questão da educação. A gente pensou nas audiências públicas. É um formato bastante interessante porque a gente dá visibilidade para o problema, chama a sociedade para participar da

*discussão, a gente chama as autoridades para que elas possam dialogar com a gente, para que elas possam escutar as cobranças, né. E a ideia é que a gente prossiga com essa questão [educação] e possa dar encaminhamentos a isso*¹⁵.

¹⁵ Defensor público A. Toshio, fala de abertura da Audiência Pública de Iporanga.

Ao discutir sobre “reuniões” enquanto ferramenta e ritual, Benoit L’ESTOILE (2015), mostra como esses espaços se tornam frutíferos na medida que confrontam de forma ritualizada dois mundo heterogêneos: o mundo das relações interpessoais e o mundo do Estado. Essa característica pode se estender sem dificuldades para o formato das audiências públicas: é visível nas falas a fluidez do mundo das relações pessoais e seu contraste com a rigidez legal-burocrática (L’ESTOILE, 2015, p. 272), tanto em seu conteúdo, quanto em seu formato.

Para além da aproximação das comunidades no processo decisório, essas reuniões também podem ser vistas como um elemento importante da construção do universo social (COMERFORD, 1999, p. 46). Assim, a despeito das divergências de objetivos e procedimentos de uma reunião em relação a uma audiência pública¹⁶, Comerford (1999), em seu livro “Fazendo a Luta: Sociabilidade, Falas e Rituais na Construção de Organizações Camponesas” fornece importantes pistas para a análise destes eventos ao explorar a consolidação de relações, sociabilidades, disputas de poder, símbolos, linguagens, e expectativas a partir do exame de elementos como disposição espacial, pauta e programação, expectativas, categoria de participantes, entre outros.

¹⁶ As audiências públicas não apresentam o consenso como objetivo, e sim a comunicação entre os diversos setores da sociedade e autoridades. Além disso, para se configurar uma audiência pública é necessário que haja a participação popular efetiva em conjunto com um procedimento estabelecido a ser seguido (SOARES, 2002).

Todas as quatro audiências foram realizadas seguindo o mesmo padrão de “disposição do espaço” (COMERFORD, 1999). Salões amplos¹⁷, onde uma mesa larga foi montada para acomodar a coordenação e os convidados durante a mesa de apresentação do evento. Também foi na mesa em que houve certo cuidado com a decoração e onde foram colocados os aparelhos eletrônicos, como computadores e microfones e eventualmente realizou-se a escrita da ata. As cadeiras, por sua vez, foram

¹⁷ Em ao menos uma das audiências, a de Barra do Turvo, foi possível perceber que o salão do evento era um espaço cedido por uma organização religiosa cristã.

acomodadas em fileiras voltadas para a mesa, estabelecendo o ponto focal do evento para frente do salão¹⁸. Isso é interessante de observar na medida em que o arranjo espacial pode refletir não somente os aspectos organizativos necessários para a realização do evento, mas também transmitir as ideias promovidas por quem os organiza (Idem, p. 52).

Assim, a escolha desta disposição pode ser associada especialmente a necessidade de uma organização consistente do ciclo de audiências, e por uma mediação de organizações como a Defensoria Pública. Os encontros aglomeraram um número expressivo de pessoas¹⁹, em um “tempo apertado” de programação (o dia todo, das 8h30 às 16h). Além disso, o tempo relaciona-se não somente a programação, mas também às grandes distâncias que a maior parte das comunidades tem de percorrer para participar de eventos como esses.

As longas distâncias são traços comuns para os que vivem em áreas rurais, daí a necessidade de que o poder público, como foi cobrado diversas vezes ao longo do evento, se atente a esta particularidade e proporcione condições de acesso dignas às escolas, postos de saúde e outros serviços. Para Jaime, representante da EAACONE²⁰ que denuncia o descaso com o transporte público e as más condições das estradas, a presença das comunidades nas audiências é muito importante e indica o entendimento da necessidade de se discutir educação:

A gente como articulador dessa audiência viu as demandas que existem, as dificuldades para que as comunidades estejam se locomovendo para participar de eventos. Então, para mim foi muito gratificante em estar dentro de todas essas comunidades levando essa informações.²¹

Além disso, muitas das pessoas presentes também dependem do horário do transporte oferecido pela prefeitura para a audiência. Diante disso, o tempo dos depoimentos foi controlado pelos mediadores com bastante seriedade, “já adianto que eu vou

¹⁸ A câmera de vídeo foi apontada para a frente do salão, em direção a mesa, de modo que nem sempre foi possível olhar o público sentado.

¹⁹ Segundo registros apresentados no dossiê “Comunidades Tradicionais e Educação Escolar Diferenciada no Vale do Ribeira: violações de direitos e conflitos”, a primeira audiência realizada em Cananéia, no dia 25 de abril de 2015, teve 150 participantes; a segunda, em Eldorado, no dia 13 de junho de 2015, contou com mais de 200 pessoas; terceiro, a audiência de Iporanga, no dia 1º de agosto de 2015, com 100 participantes; por fim Barra do Turvo, no dia 31 de outubro de 2015, teve 60 pessoas, num dia bastante chuvoso.

²⁰ EAACONE- Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras.

²¹ Trecho transcrito da audiência pública de educação diferenciada realizada no município de Iporanga, 2015.

²²“A pauta tem um duplo aspecto: ela define a ordem e a duração dos procedimentos (programação) – algo especialmente importante quando se trata de uma reunião longa, com um dia ou mais de duração – define quais as questões que podem e devem ser discutidas: desse modo, ela orienta tanto a forma quanto o conteúdo da reunião” (COMERFORD, 1999, p. 52).

controlar o tempo, então vou ser chato mesmo” – em uma visível preocupação da coordenação de dar “*oportunidade de fala*” a todos os interessados em fazê-lo. Deste modo, para organização dos participantes e controle do tempo, as audiências seguiram uma “pauta”²² previamente organizada pela coordenação, cuja sequência de procedimentos (programação) variaram pouco de audiência para audiência. De maneira geral, a pauta abrangeu oito etapas, excluindo algumas manifestações de caráter mais “festivas” e “participativas” (Idem, 1999) como cantos e danças, incorporados no dia de cada evento separadamente.

Como fica evidente, o formato seguido em audiências públicas exige uma série de planejamentos, controle, e mediação. Do mesmo modo, possui começo meio e fim e segue uma ordem clara e com objetivos estabelecidos. Portanto, esses encontros podem ser lidos na chave de uma “tecnologia política” valorizada, especialmente para as “burocracias”, seja do governo, seja dos intermediários como a Defensoria Pública e outros parceiros, “por canalizar as interações numa forma coletiva dentro de uma lógica de administração indireta” (L’ESTOILE, 2015, p. 269). Além dessa dimensão instrumental, há também a dimensão “ritual” dessas reuniões, que coloca em cena a cooperação entre burocracia de enquadramentos e as comunidades (Idem, 2015). É esse aspecto ritual que possibilita a configuração das comunidades como um sujeito coletivo, como pode ser visto a partir da figura do “representante da comunidade”. Ademais, o conteúdo e o modo de apresentação de si e de questões atuam para ressaltar a coletividade do grupo, por exemplo, ao dar visibilidade a aspectos étnicos. Assim, grande parte da eficácia desses espaços está nesse aspecto mais ritualizado de cumprimento de etapas, e conciliação de realidades contraditórias (Idem, p. 279).

Assim, as etapas se iniciaram pela Fala de Abertura, realizada pelo defensor público Toshio para contextualizar os presentes sobre a questão da educação, da organização e dos objetivos das audiências. Além disso, foi o momento de apresentar os procedimentos que seriam seguidos no evento, dar informes,

e retomar os encaminhamentos já realizados. Aqui, o defensor público pede a “*compreensão das autoridades*”, durante as denúncias dos participantes, já que “*as audiências servem para isso mesmo*”. Era esperado, portanto, uma conduta apropriada daqueles que estavam presentes para ouvirem as cobranças: “*peço para os órgãos e instituições aqui presentes para não ficarem apresentando justificativas, a ideia da audiência não é essa*”.

Em seguida, foi composta a Mesa de Apresentação, formada por autoridades e organizações competentes. Esta teve como foco o diálogo e apresentações iniciais de cobranças e de representantes, e incluiu por volta de seis a oito pessoas, que realizaram falas breves de 2 a 3 minutos. Ao final desta etapa a mesa foi desmanchada e convertida em uma espécie de “bastidores da coordenação” para a escrita da ata no computador. Deste ponto em diante a mediação e as falas foram feitas em pé, no espaço entre os participantes sentados e a frente da mesa, em uma nítida apropriação menos hierarquizada e acadêmica dos procedimentos.

Neste momento das audiências a Irmã Suely assumiu a mediação das falas. Ela permaneceu em pé, tornando o ambiente mais aberto e convidativo para as apresentações feitas pela população: “*Eu peço desculpas, mas eu não sou muito chegada a formalidades, então eu não vou ficar na mesa*”²³. Do mesmo modo, também incentivou os presentes a se inscreverem para a etapa de *falas dos inscritos*, ressaltando que não era preciso “*falar bonito*” para participar.

Aqui é interessante notar a relevância deste incentivo diante da aparição de expressões como “*falar bonito*”, “*não ser bom em falar*” ou “*não ter leitura*” que antecederam alguns dos depoimentos, como os do senhor quilombola José Paula de França:

*Eu não sou muito bom para falar essas coisas meio históricas que aconteceram e que vem acontecendo, mas eu queria sim fazer uma contribuição a respeito da educação.*²⁴

²³ Trecho transcrito da audiência pública de educação diferenciada realizada no município de Eldorado, 2015.

²⁴ Trecho transcrito da audiência pública de educação diferenciada realizada no município de Eldorado, 2015.

*Eu não sei falar muito bonito como alguns sabem, mas (...) eu acho que educação diferenciada é conhecimento.*²⁵

Nenhum movimento classificatório e discursivo é neutro ou historicamente descontextualizado. Como aponta Norbert Elias, estes são produções sociais que refletem a situação do grupo do qual são expressão e estão constantemente em disputa e modificação (ELIAS, 2011). A linguagem é, por sua vez, um elemento fundamental de análise destas categorias, na medida em que ela abrange os emaranhados de relações sociais envolvidos nos termos e conceitos mobilizados pelos grupos. Assim, como aponta Comerford (1999), a habilidade de articular bem a fala está associada a um maior prestígio e a possibilidade de captação do público, ainda que esta não seja propriamente um pré-requisito. Logo, a despeito de várias ressalvas que podem ser feitas nesta noção de “falar bem”, é indiscutível que a retórica é entendida como um fator muito importante para o fazer político.

Deste modo, é tendo em vista que a participação das comunidades nestas audiências também está centrada na fala, que os depoimentos realizados nos quatro encontros são tão importantes social, histórica e politicamente para as populações do Vale do Ribeira. Estas audiências podem ser significadas a partir de uma ação informativa, de ouvir e conhecer, mas também como um ato político de fala, ensinamento e propostas. É neste sentido que as etapas Relatos das Comunidades e Fala dos Inscritos foram entendidos como o momento de participação por excelência das comunidades. Ou seja, o momento que “*realmente interessa*” do evento. Na primeira – Relatos das Comunidades – os representantes de cada uma das comunidades presentes expuseram denúncias e levantaram problemas. Em média houve a apresentação de oito comunidades, com falas de 10 a 15 minutos. Já na segunda – Falas dos Inscritos –, as pessoas que se inscreveram ao longo do dia (orientação que é dada na abertura) deram seus depoimentos: denúncias, reivindicações, relatos sobre problemas pontuais ou gerais da região.

Finalmente, estas falas foram condensadas de maneira propositiva na etapa dos Encaminhamentos. O defensor público Andrew Toshio assume novamente à frente para registrar as propostas de encaminhamentos e elaboração de moções. Todas elas foram realizadas mediante votação, esclarecimentos e, quando necessário, debates, já que a audiência, como aponta o defensor, *“é o dia das comunidades de fazer denúncias e fazer cobranças, mas não só isso: é muito importante que as comunidades apresentem propostas”*.

Nesta etapa fica evidente uma das vocações do formato audiência pública: a produção documental. A origem de atas, registros em vídeo ou sonoros, moções, mandados, dossiês e o registro de propostas servem de referência consultiva das comunidades e organizações. Permite o resgate de denúncias e o acompanhamento na evolução de demandas, além de possibilitar, a partir desses acompanhamentos, a avaliação da efetividade das audiências públicas. Guedes, Mello e Pereira (2014), lançam uma hipótese a respeito da valorização da produção de documentos nesses espaços participativos mais institucionalizados:

A produção de um documento como esse é valorizada nem tanto pelos seus eventuais efeitos práticos ou instrumentais na direção da resolução de uma demanda ou conflito, mas mais pelo fato de que, na sua materialidade e enquanto coisa concreta, o documento prova que a demanda foi reconhecida “pelo governo”, usufruindo assim de uma singular legitimidade – aquela capaz de atribuir-lhe visibilidade (GUEDES; MELLO; PEREIRA, 2014, p. 114).

Desse modo, os autores destacam o papel fundamental da materialização desses documentos oficiais como “provas”, que cumprem uma função de respaldo e de visibilidade à luz das dificuldades enfrentadas pelas populações tradicionais diante dos procedimentos da máquina burocrática. Assim, tais procedimentos e encaminhamentos são expressivos das tensões que permeiam a relação desses grupos com o Estado.

Então, a programação do evento está completa com o Intervalo para o Lanche, que ocorreu em momentos diferentes em cada audiência – entre os relatos e as falas dos inscritos ou no final do encontro – de acordo com a disponibilidade das comunidades de ficarem no evento.

Como aponta Comerford (1999), são nestes momentos em que os participantes estão dispersos – lanches, almoços, cafezinhos e confraternizações em geral – que “imperam as formas mais ‘espontâneas’ de sociabilidade, com muitas conversas e brincadeiras” (COMERFORD, 1999, p. 56). Além disso, a preocupação da coordenação enquanto anfitriã para que todos os presentes pudessem comer o lanche antes de ir, demonstra a importância social e simbólica desta etapa. Isso, porque a oferta de comida para além de seu aspecto nutricional, também sinaliza um “receber bem” (DAINESE, 2015, p. 236), permitindo a construção de relações. Infelizmente, este é o momento que não pude ter acesso mediante as videograções, e que orientam importantes questões de análise. L’ESTOILE (2015), aponta como os comentários do pós reunião são reveladores sobre os limites da mesma. Do mesmo modo os bastidores servem como momentos de articulação de grupos para enfrentamento de alguma questão ou formação de alianças.

Cada um desses momentos se relaciona entre si de modo a compor o todo maior das audiências.

2. REIVINDICAÇÕES E PERMANÊNCIAS

Em relação ao conteúdo, as falas se organizaram principalmente em torno das reivindicações por uma educação escolar diferenciada, mas não só: diversas denúncias acerca de problemas infraestruturais, de transporte, merenda, materiais, capacitação de professores, currículo e conteúdo escolar, etc. foram apresentadas. Como apontou Seu Osvaldo da comunidade de Porto Velho²⁶:

²⁶ Para dar mais destaque às potencias dessas falas, nessa sessão recorrerei mais frequentemente ao uso de citações diretas dos participantes das audiências.

*Eu vim para essa audiência para ouvir das pessoas o que é melhor para educação, mas aqui também se encontram uma série de coisas que é debater a saúde, estrada (...), que no século XXI não poderia estar acontecendo*²⁷.

²⁷ Trecho transcrito da audiência pública de educação diferenciada realizada no município de Iporanga, 2015.

Estes problemas, porém, não estão de maneira alguma descontextualizados da discussão central sobre educação. Ao contrário, ajudam a compor um quadro mais complexo da realidade local e das formas pelas quais a mobilização por direitos acontece. Isso porque questões referentes à educação escolar diferenciada estão intrinsecamente ligadas a questões de permanência e acessos, sejam estes estruturais, como a falta de água em escolas e de transporte escolar seguro, sejam caráter valorativo, como a depreciação da região, e preconceitos com estudantes de comunidades tradicionais e seus modos de vida. Como mostram os depoimentos das comunidades em Cananéia:

A escola está muito danificada, no salão tem um buraco enorme, o forro do telhado está com um problema e se deixa a panela destampada cai bicho.

*[a comunidade de] Ribeirão Grande têm famílias que deixaram seu território lá longe, né..., para morar lá na cidade ou perto da estrada. Já deixaram sua raiz, já deixaram sua origem por falta de acesso.*²⁸

²⁸ Trechos transcritos da audiência pública de educação diferenciada realizada no município de Cananéia, 2015.

A falta de acesso a serviços e políticas públicas adequadas, portanto, são imperativos nas motivações que levam essas populações a se deslocarem para cidades ou áreas no entorno. Segundo Vendramini (2015), há uma tentativa de associar as lutas de âmbito econômico com as sociais e políticas, de modo que reivindicações como saúde, estradas, transporte e escolas estejam articulados à luta pela terra (VANDRAMINI, 2015, p. 54). Desta forma, a reivindicação pela educação escolar diferenciada está situada como uma ferramenta fundamental para o projeto de autonomia e permanência das comunidades no Vale do Ribeira, uma vez que, entende-se que a escola é um local privilegiado de

formação. Assim, objetiva-se que a escola não somente ofereça o conteúdo nacional, mas que também apresente e reforce os conteúdos locais, de modo que os alunos do campo e de comunidades tradicionais e indígenas se fortaleçam enquanto grupo e se instrumentalizem em prol da defesa de seus territórios e de suas comunidades.

Mariana Paladino (2006), ao tratar sobre a aspiração pelo estudo entre os Ticuna, mostra como o ensino na cidade passou a ser almejado por alunos indígena. Para vários estudantes ticuna que a autora teve contato, estudar na cidade era importante e desejado para “somar” e “misturar os conhecimentos”, ainda que continuassem a reivindicar acesso a todas as modalidades de ensino em área indígena. Este movimento, por sua vez, não é encarado como incompatível ou contraditório. Segundo Paladino:

As duas demandas expressam anseios e interesses diversos, porém complementares. No primeiro caso, receber atenção e assistência do Estado, obter e fazer próprias as instituições que antes lhes eram alheias e que possuem um alto valor simbólico para eles, poder ocupar espaços e cargos que de outra forma seriam de muito difícil acesso. O segundo caso expressa curiosidade e vontade de conhecer novas realidades, a obtenção de maior conhecimento e domínio do *mundo dos brancos* (PALADINO, 2006, p. 145).

É interessante notar que, assim como apresentado no caso Ticuna, as comunidades do Vale do Ribeira não negam o aprendizado formal oferecido nacionalmente. Por mais que haja questionamentos e críticas contundentes em relação a determinadas abordagens e conteúdos do sistema tradicional de ensino, como por exemplo, a forma como os negros e indígenas são representados nas aulas de história, isso não significa que exista o desejo de que este conteúdo seja retirado ou substituído unicamente pelos conteúdos de caráter local e étnico. Ao contrário, trata-se novamente de somar:

A escola nos oferecia um conteúdo que fazia nós irmos totalmente contra aqueles princípios, aquelas ideologias que nós recebíamos de casa, da nossa comunidade (...). Quando eu ouço às vezes dizerem que “a educação não pode ser só focada no ensino dessa comunidade, na sua cultura”... O objetivo dessa modalidade, educação escolar quilombola, não é só trabalhar a questão da comunidade. Essa modalidade não propõe só isso. Essa modalidade propõe conciliar as duas coisas: aquilo que temos hoje no sistema de ensino tradicional e a modalidade de educação escolar quilombola, [esta última] quer trazer um conteúdo que concilie e se adapte ao tradicional.²⁹

²⁹ Trechos transcritos da audiência pública de educação diferenciada realizada no município de Barra do Turvo, 2015.

Assim, optar pela educação escolar diferenciada é buscar uma abordagem mais valorativa e fortalecedora de saberes locais, raciais e étnicos em consonância com a abordagem do sistema de ensino tradicional. É nesse sentido que a luta pelo ensino específico diz menos sobre restrição, e mais sobre a necessidade de que conhecimentos locais sejam absorvidos pela educação do resto do país, por exemplo, através do vestibular. Portanto, longe de ser uma proposta “isolacionista” das comunidades, trata-se de dar autonomia para maior circulação de conteúdos e pessoas. De acordo com o professor quilombola Elson Alves da Silva:

A educação escolar diferenciada é que os nossos alunos se apropriem de sua realidade local. Em todos os espaços que eu passo eu me assumo e falo que eu cresci na comunidade [quilombola] e não pretendo sair. Saio e volto. (...) A minha casa não é em São Paulo [capital], ali estou passando uma temporada porque é necessário, mas eu vou e volto.

Logo, contrapondo estereótipos de isolamento geográfico, cultural e de conhecimento, as populações tradicionais estabelecem uma intensa rede de relações sociais com sociedades locais e cidades ao entorno (ALMEIDA, 1998, p. 18). Circulam, por vontade e por necessidade. Porém, lutam para que sua cultura

e identidade, fortalecidas através da educação diferenciada, sejam mantidas nas pessoas e que sirvam de guia:

Temos que nos empoderar de conhecimentos. (...) temos que estar preparados para viver na comunidade ou fora dela. A formação do micro com o macro. Então hoje eu posso viver na minha comunidade, como eu vivo, moro em Ivaporunduva, mas a qualquer momento eu posso transitar por outro estado do país que não vou ter problema de adaptação. Mas eu reconheço e sei a minha origem, minha história e minha cultura.

Estava nítido que os interlocutores mobilizaram alguns conceitos-chave durante as reivindicações de direitos e as denúncias de mazelas locais. Estes se apresentaram como a história da comunidade e das populações tradicionais; a cultura e identidade para a construção e manutenção de uma educação diferenciada; conhecimento do direito para influenciar os processos de decisão do Estado; além do uso ou incentivo de formas de ações mais conflitivas a fim de serem ouvidos.

Alguns deste conceitos-chave podem ser vistos, por exemplo, nos relatos do professor quilombola Elson, que esteve presente em três das quatro audiências. Ele apresenta a importância da valorização do Vale do Ribeira e do negro na educação dos alunos das comunidades da região. Atenta-se ao fato da escola ser um espaço formal para somar como os conhecimentos de casa, e aponta para o respaldo legal existente para ensino de história e cultura afro-brasileiras e dos povos indígenas nas escolas (Lei N^o 10.639 e N^o 11.645). Outra exposição importante nesse sentido foi a da presidente da Associação das Comunidades Caboclas do Bairro Ribeirão, Dona Dirce, que não pode estar presente, mas enviou uma carta que foi lida para todos durante a audiência de Iporanga. Nessa carta, dentre outras questões, denuncia o “enfraquecimento da cultura e dos ensinamentos caboclos para as crianças”, que se vêem obrigados a estudar fora das

comunidades. Aponta para as diferenças de realidade entre uma escola urbana e uma do campo, e critica o fato dos conteúdos formalizados serem feitos por educadores da cidade e, portanto, sem nenhum contato com a cultura cabocla. Segundo Dirce:

*Não é valorizado ou lembrado o nosso modo de ser herdado de nossos antepassados! Que fazem parte de nosso dia a dia, principalmente nossa história de luta para o reconhecimento de nosso território tradicional, jeitos sociais e modos de fazer a roça.*³⁰

³⁰ Trecho transcrito da audiência pública de educação diferenciada realizada no município de Iporanga, 2015.

Aqui, o território tradicional é defendido enquanto componente indissociável suas existências hoje e passadas. Seu acesso significa manter vivo na memória e práticas sociais os modos de produção, os sistemas de classificação e os elementos simbólicos inerentes às identidades culturais (BRASIL, 1988). Estava evidente, então, como a mobilização de conceitos culturais e históricos são repertórios constantemente utilizados na reivindicação de direitos. Aqui, tais elementos estão imbricados na constituição étnica dos grupos; ou seja, funcionam como conjuntos de representações, construídos em situações específicas, que dão sentido, organizam e influenciam ações e concepções de grupo. São, portanto, instrumentos políticos para contrapor forças dominantes.

Todos esses dados levaram a redescoberta do que Max Weber havia escrito há bastante tempo: de que as comunidades étnicas poderiam ser formas de organização eficientes para a resistência ou conquista de espaços, em suma, que eram formas de organização política. Descobriu-se que a etnicidade podia ser uma linguagem (CUNHA, 2017, p. 261).

Por outro lado, a ativa parceria da Defensoria Pública de São Paulo na organização do evento, bem como o uso de leis nos argumentos, demonstra o modo pela qual o direito é utilizado como repertório de ação das comunidades a fim de influenciar

os processos de decisão do Estado. Dito de outro modo: ter o conhecimento do processo legal, das instituições públicas com poder de assistência jurídica, e de leis que facilitam o envolvimento da sociedade nas questões do Vale do Ribeira pode ser encarado como uma forma de empoderar e de desenvolver estratégias políticas em conjunto com as populações. Pois, refletir sobre as leis e cobrar os governantes em suas falas e ações, tendo em vista um contexto de lutas mais amplo, é uma maneira de pressionar o judiciário em prol de suas causas (LOSEKANN, 2013). Assim, segundo o professor Elson:

³¹ As leis tratam das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação escolar Quilombola, e da obrigatoriedade do ensino de história e cultura da África e Indígena, respectivamente.

³² Trecho transcrito da audiência pública de educação diferenciada realizada no município de Barra do Turvo, 2015.

Deixo como proposta para as comunidades, e para o poder público local que, com base na Resolução n 08, de 2012, e também nas leis 10.639, de 2003 e 11.645, de 2008³¹, (...) que as comunidades cobrem e que o município se sensibilize e cumpra com isso que está posto, e que é de direito dessa população [quilombola]³².

Portanto, tais elementos-chave são essenciais na análise dos repertórios das comunidades do Vale do Ribeira, especialmente para pensar autonomia, inclusão política e ampliação da igualdade formal. No entanto, a sustentação das diversas posições antagonicas de uma sociedade pluralista não ocorre somente através da produção de consensos: o elemento conflitivo está sempre presente. Assim, a despeito de toda potencialidade envolvida nas mobilizações realizadas no formato de audiências públicas, está claro que ele não é (nem nunca teve pretensão de ser) a única forma de ação política que são incorporadas pelas comunidades tradicionais da região (MARCUCCI, 2020). Assim, outros tipos de ações, mais ou menos radicalizadas, também são requisitados nas falas:

Existe um problema sério nessa questão toda que é a questão política que está envolvida em tudo isso. É só lembrar a todos que fiquem conscientes de uma coisa: enquanto a gente briga

*aqui por direito, por coisas que estão na lei, briga para a lei ser cumprida, tem gente tramando outras coisas, né, lá em cima, por trás, pra tentar nos desarticular. (...) e tem uma outra coisa (...) sem luta não há vitória! Então eu acho que nós temos que fazer coisas além disso [falar], mais do que isso, porque a situação hoje obriga a gente fazer, porque nós ficamos só discutindo. A audiência é muito bom, mas temos que organizar também para fazer coisas a mais do que isso.*³³

³³ Trecho transcrito da audiência pública de educação diferenciada realizada no município de Eldorado, 2015.

Portanto, apesar das questões discutidas poderem enfatizar os aspectos locais de cada comunidade, os problemas são de fácil generalização. Em outras palavras, a despeito das características particulares de cada caso, um problema enfrentado por um grupo caíçara em relação à formação de professores, por exemplo, pode ser análogo à dificuldade enfrentada por uma comunidade cabocla. Isso, por sua vez, permitiu o intercâmbio de experiências e ações, possibilitando que formas de mobilização fossem incorporadas e informações compartilhadas. Essa troca é reforçada pela fala do Cacique Timóteo Werá, da aldeia Taquari:

*Nós acreditamos nessa articulação com os quilombolas, comunidades tradicionais e também as demais instituições envolvidas para discutir essa questão da educação. Nós acreditamos que através das articulações e através das mobilizações podemos chegar a um patamar que seja benéfico para toda sociedade. Porque é importante a participação dos atores para discutir essa questão de alinhamento da educação escolar indígena e a educação regular, e com a participação de todos os envolvidos*³⁴.

³⁴ Trecho transcrito da audiência pública de educação diferenciada realizada no município de Eldorado, 2015.

Do mesmo modo, certo aspecto de homogeneidade nos discursos, ainda que os problemas se refiram a grupos étnicos específicos, pode ser encarado como uma forma de articulação política para cobranças conjuntas. No entanto, isso não quer dizer que não haja divergências e negociações internas entre as comunidades sobre como reagir a certos problemas ou ações,

mas sim que elas estão unidas sob a categoria “populações tradicionais”, que lhes confere força conjunta na hora de cobrar um prefeito ou outra autoridade. Por conseguinte, as audiências podem ser encaradas como um ambiente que viabilizou a união e trocas na construção de uma luta conjunta entre populações.

CONCLUSÃO

Minha proposta neste artigo foi realizar uma aproximação na forma audiência, através do ciclo de audiências públicas sobre educação escolar diferenciada no Vale do Ribeira em 2015. Meu acesso ao material de análise foi a partir de videograções do evento que permitiram me aproximar de maneira significativa, ainda que específica, da organização dos encontros. Assim, ao longo do artigo procurei olhar para o espaço da audiência a partir de suas, potências, limitações e objetivos. Estes aspectos ganharam ainda mais destaque com as denúncias apresentadas nos depoimentos e nos Mandados de Segurança Coletivos. Por outro lado, conforme aponta L'ESTOILE, compreender esse mecanismo como “modalidade privilegiada de organização e interação entre mundos heterogêneos (...) implica levar em conta sua dupla dimensão de ferramenta e ritual” (L'ESTOILE, 2015, p. 227). A estrutura de funcionamento do evento permitiu olhar as diversas classes de significados continuamente articuladas para construção das audiências públicas enquanto forma de ação: “*espaço de ouvir*”, “*fazerem propostas*”, “*dar visibilidade a questões pouco discutidas*”, “*não se justificarem*”, “*fazer coisas além disso [falar]*”, “*enriquecer o debate*”, “*fazer denúncias*” e “*refletir sobre as dificuldades*”. Mas não somente isso: essas audiências foram retratadas também como momento de “*orgulho*”, “*alegria*”, “*agradecimento*”. Assim, a linguagem e o discurso possuem um papel central na constituição do social e com isso, uma posição de privilégio na construção e circulação dos significados. Como aponta Hall (1997), o “significado surge não das coisas em si a

‘realidade’ mas a partir dos jogos da linguagem e dos sistemas de classificação nos quais as coisas são inseridas” (p. 29).

As quatro audiências públicas sobre educação escolar diferenciada tiveram como objetivo principal diagnosticar problemas e abrir espaço para o protagonismo das populações tradicionais do Vale do Ribeira. Assim, ficaram evidentes como as questões particulares de cada grupo se expressam em lutas por demandas específicas, ao mesmo tempo em que oferecem uma perspectiva de troca de conhecimento entre as pessoas.

As reivindicações não se limitaram a questões estritamente educacionais, mas envolveram outras mazelas regionais e demandas públicas, como estrada, saúde, luz elétrica, etc. Estas denúncias, por outro lado, não estão dispersas, mas articula-se com a educação para repensar acessos e permanências na região. Trata-se, portanto, de um projeto mais amplo de autonomia e fortalecimento do conteúdo local. No entanto, é fundamental salientar que a ênfase dada nos saberes locais não significa uma pretensão de isolamento e restrição dos conhecimentos passados nas escolas, ao contrário, é uma tentativa de “somar” e articular os conteúdos negligenciados com os conteúdos tradicionais. Do mesmo modo que as preocupações com a permanência nos territórios não significa que as populações não se integrem, circulem, saiam, e voltem (BASTOS, 2009, p. 72).

Ademais, a partir dos encontros que se deram as audiências foi possível perceber que certos elementos culturais foram acentuados pelas comunidades de forma a responder às suas demandas políticas, sociais e econômicas atuais e cumprir uma função de contraste (CARNEIRO DA CUNHA, 2017 p. 242). Portanto, as especificidades culturais e étnicas foram utilizadas como instrumento político das comunidades tradicionais do Vale do Ribeira para a reivindicação de direitos (ALMEIDA, 2007) e luta contra a dominação e a precarização. É deste modo que o ciclo de audiências públicas sobre educação escolar diferenciada do Vale do Ribeira se mostrou um espaço com grande potencial de aprendizado, articulações e resistência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE EDUCAÇÃO ESCOLAR DIFERENCIADA. Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Cananéia, abril de 2015. Vídeo.

AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE EDUCAÇÃO ESCOLAR DIFERENCIADA. Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Eldorado, junho de 2015. Vídeo.

AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE EDUCAÇÃO ESCOLAR DIFERENCIADA. Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Iporanga, agosto de 2015. Vídeo.

AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE EDUCAÇÃO ESCOLAR DIFERENCIADA. Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Barra do Turvo, outubro de 2015. Vídeo.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Posse Comunal e Conflito: Humanidades. Associação Brasileira de Antropologia, 1998, Mimeo.

ALMEIDA, Mauro W. B. de. Narrativas agrárias e a morte do campesinato. *Ruris Revista do Centro de Estudos Rurais*. Campinas, v. 1, n 2, p. 157-186, 2007.

ALMEIDA, M.; CARNEIRO DA CUNHA, M. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo, Editora Ubu, 2017.

ALONSO, A. Repertório, segundo charles tilly: história de um conceito. *sociologia&antropologia*, v. 2, n. 3, p. 21- 41, 2012.

ALVARENGA G.; CASTRO, B. Remoções na Vila Autódromo no Rio de Janeiro: a ausência de diálogo em uma audiência pública. In. *III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas*, anais, 30/05 a 02/06/2017, UFES, Vitória (ES).

BASTOS, Priscila da Cunha. *Entre o quilombo e a cidade: trajetórias de individuação de jovens mulheres negras*, 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação?* Editora Brasiliense, 1981. Disponível em:<<http://www.febac.edu.br/site/images/biblioteca/livros/O%20Que%20e%20Educacao%20-%20Carlos%20Rodrigues%20Brandao.pdf>> Acesso em: julho, 2018.

CARNEIRO DA CUNHA, M. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo, Editora Ubu, 2017.

COMERFORD, J. C. Reunindo as reuniões de trabalhadores rurais como formas de sociabilidade In: *Fazendo a Luta: Sociabilidade, Falas e Rituais na Construção de Organizações Camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

COMERFORD,J.; ALMEIDA,L; PALMEIRA, M. O mundo da participação e os movimentos rurais: entre mobilizações, espaços de interlocução e gabinetes. In: Leite Lopes, S. e Heredia, B. (org.). *Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação: burocracias, confrontos, apendizados inesperados*. Rio de Janeiro: CBAE, 2014.

DAINESE, Grazielle. Chegar à terceira margem: um caso de prosa, paixões e maldade. In: Comerford, John; Carneiro, Ana; Dainese, Grazielle (orgs). *Giros etnográficos em Minas Gerais. Casa, comida, prosa, festa, política, briga e o diabo*. Rio de Janeiro: Faperj/ 7letras, 2015.

DUARTE, FERREIRA, SÂNCHEZ. Analisando audiências públicas no licenciamento ambiental: quem são e o que dizem os participantes sobre projetos de usinas de cana-de-açúcar. *Saúde Soc.* São Paulo, v.25, n.4, p.1075-1094, 2016.

ELIAS, N. *O processo civilizador: Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro, v. 1, Jorge Zahar Ed., 2011.

GARCEZ, Andrea; DUARTE, Rosaliaand EISENBERG, Zena. *Produção e análise de vídeo gravações em pesquisas qualitativas*. Educ. Pesqui. [online], v. 37, n. 2, p. 249-26, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022011000200003>> Acesso em: 18 de julho de 2018.

GUEDES, André Dumans. Lutas por terra e lutas por território nas Ciências Sociais brasileiras: fronteiras, conflitos e movimentos. In: Acselrad, Henri (org.). *Cartografia social, terra e território*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013.

GUEDES, A.; PEREIRA, J; MELLO, M. Conflitos, visibilidades e territórios. A participação social na perspectiva dos povos e comunidades tradicionais. In: Leite Lopes, S. e Heredia, B. (org.). *Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação: burocracias, confrontos, apendizados inesperados*. Rio de Janeiro: CBAE, 2014.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 2, n. 22, jul.-dez. 1997.

HAYAMA, A. Educação Escolar Diferenciada na região do Vale do Ribeira: mobilizações, mapeamentos e ações. In: Kati do Nascimento, L. e Teixeira, G. (org.). *Comunidades tradicionais e educação escolar diferenciada no Vale do Ribeira: violações de direitos e conflitos*. São José do Rio Preto, SP: Balão Editorial, 2020.

L'ESTOILE, B. A reunião: ferramenta e ritual de governo. Relações pessoais e mundo do Estado num assentamento na Zona da Mata de Pernambuco. *Revista Antropolítica*, n. 39, Niterói, p. 248-282, 2015.

LOSEKANN, Cristiana. Mobilização do Direito como repertório de ação coletiva e crítica institucional no campo ambiental brasileiro. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 56, n. 2, p. 311-349, 2013.

LUVIZOTTO, CK. *Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/kkf5v/pdf/luvizotto-9788579830082-04.pdf>> Acesso em: 18 de julho de 2018.

MARCUCCI, A. Formas de reivindicações e alternativas desenvolvidas pelas comunidades tradicionais do Vale do Ribeira In: Kati do Nascimento, L. e Teixeira, G. (org.). *Comunidades tradicionais e educação escolar diferenciada no Vale do Ribeira: violações de direitos e conflitos*. São José do Rio Preto, SP: Balão Editorial, 2020.

PALADINO, Mariana. Estudar e experimentar na cidade: Trajetórias sociais, escolarização e experiência urbana entre “Jovens” indígenas ticuna, Amazonas. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, Museu Nacional, 2006.

RIBEIRO, M. As Retomadas Guarani-Ñandeva de Barão de Antonina e Itaporanga- SP: etnicidade como linguagem de demanda e (re) apropriação territorial, 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. Marília.

ROSA, Leandro da Silva. Os quilombos do Vale do Ribeira e o movimento social: o movimento dos ameaçados por barragens do Vale do Ribeira (MOAB). 2007. 172 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara.

ROUGEMONT, L.; GÓMEZ, J. A usina hidrelétrica de tijuco alto (Vale do Ribeira) no contexto dos conflitos gerados pela construção de barragens central hidroelétrica tijuco alto. *Revista Pegada* – vol. 12 n. 2 48, 2011.

ROTHMAN, F. A Comparative Study of Dam-Resistance Campaigns and Environmental Policy in Brazil. *Journal of Environment & Development*, v. 10, n. 04, p. 317-344, December 2001.

SOARES, Evanna. A audiência pública no processo administrativo. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, v. 7, n. 58, ago. 2002. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/3145>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

TATAGIBA, L.; TEIXEIRA, A. C. C. Participação e democracia: velhos e novos desafios. *Civitas*, Porto Alegre, v. 6, n. 01, p. 223-240, 2006.

VENDRAMINI, CÉLIA. Qual o futuro das escolas no campo? *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 31, n. 3, p. 49-69, Julho-Setembro, 2015.

REFERÊNCIAS DOS SITES CONSULTADOS

Audiência Pública reunirá comunidades quilombolas e poder público no Vale do Ribeira **Ministério Público do Paraná**, 19/11/2010. Disponível em: <<https://comunicacao.mppr.mp.br/modules/noticias/article.php?storyid=1264>> Acesso em: abril de 2020.

Audiência Pública - Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira. **Quilombos do Ribeira**, 2014. Disponível em: <<https://www.quilombosdoribeira.org.br/node/199>>. Acesso em: abril 2020.

Justiça: Quilombolas participam de 1ª audiência pública no Vale do Ribeira. **Portal do Governo**, 22/08/2006. Disponível em:<<https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/justica-quilombolas-participam-de-1-audiencia-publica-no-vale-do-ribeira/>> Acesso em: abril 2020.

PORTO,Dayse. Direito quilombola é tema de audiência pública no Paraná; em Brasília, julgamento da ação que o questiona é adiado. **Terra de Direitos**, 16/08/2017. Disponível em: <<https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/direito-quilombola-e>

tema-de-audiencia-publica-no-parana-em-brasilia-julgamento-da-acao-que-o-questiona-e-adiado/22592> Acesso em: abril de 2020.

Registro é sede da audiência pública do Vale do Ribeira. **Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo**, 23/11/2007. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=301385>> Acesso em: abril 2020.

Vale do Ribeira: Defensoria promove audiência pública em 22/10 em Registro para debater lei de concessão de serviços em unidades de conservação. **Defensoria Pública do Estado de SP**, 22/10/2017. Disponível em: <<https://dp-sp.jusbrasil.com.br/noticias/395864726/vale-do-ribeira-defensoria-promove-audiencia-publica-em-22-10-em-registro-para-debater-lei-de-concessao-de-servicos-em-unidades-de-conservacao?ref=serp>> Acesso em: abril 2020.

ANA CAROLINA OLIVEIRA MARCUCCI - Mestranda em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (PPGAS/UNICAMP), pesquisadora associada do Centro de Estudos Rurais (CERES). E-mail: ana.marcucci31@gmail.com

